

DEBATE

MAIO 78

29



75

frente feminismo partido unico democracia



4° P 8785



BASES SOCIAIS DA FRENTE DEMOCRÁTICA

a. silva

A ascensão das forças democráticas e o progressivo enfraquecimento da coesão dos interesses dominantes em torno da ditadura militar permitem hoje caracterizar de maneira mais precisa as contradições entre as diferentes forças sociais que se opõem à ditadura e aquelas que lutam para conservá-la. A formação da frente democrática não supõe apenas a articulação dos vários setores - sindicatos, associações, imprensa, igreja, políticos, intelectuais, etc - em torno de um programa que responda às suas aspirações. Ela se dará numa situação histórica concreta que não deixa margem a muitas hipóteses de transição: ou a oposição democrática reúne as forças necessárias para derrubar a ditadura após um processo (que apenas se inicia) de desenvolvimento da consciência e organização política do movimento popular, ou a oposição liberal promove uma "reconversão" do regime após aglutinar os diferentes setores burgueses descontentes, podendo mesmo ampliar sua base de apoio pela adesão de forças vacilantes da oposição democrática.

Evidentemente, essas duas opções comportam inúmeras variantes sobre as quais qualquer previsão é temerária. De qualquer maneira, e seja qual for o rumo que venha a assumir o movimento social, ele estará inscrito numa dessas duas grandes possibilidades. Compreender essa alternativa é hoje tanto mais importante que se multiplicam os sinais de enfraquecimento do regime militar. As contradições entre os diferentes setores das classes dominantes não só se agudizam mas repercutem incisivamente no aparelho militar. São cada vez mais frequentes as declarações de setores, os mais diferentes das classes dominantes que confluem em salientar a urgência de se tomar medidas para que a situação mude. E a luta aberta pela sucessão de Geisel não deixa margem para qualquer tipo de dúvida quanto às fissuras existentes no bloco atualmente no poder. Mesmo as visões econômicas que separam correntes representadas por um Magalhães Pinto e um Severo Gomes foram provisoriamente congeladas por um pacto para forçar a reconversão liberal do regime. A base dessa atual colaboração é o reconhecimento comum da impossibilidade de conter o avanço das forças democráticas através do terror inerente ao regime militar brasileiro, e da oportunidade histórica de dividi-las atraindo seus setores vacilantes para obter "respaldo popular" à reconversão do regime.

Nesse contexto, a clarificação dos objetivos que poderão vir a unificar a oposição democrática e a organizá-la enquanto frente, torna-se ainda mais urgente. O caráter popular de suas forças motrizes por si só não cria as condições para que se leve até o fim a luta contra a ditadura. A luta pela democracia não é hoje dirigida pelos operários ou pelos camponeses através de suas organizações de classe, mas por políticos e intelectuais sem laços permanentes com as massas populares. As condições em que foi lançada a campanha pela Constituinte dão bem conta disso. (cf DEBATE-27)

Na expectativa

A característica mais comum das atuais "personalidades" da oposição é a de fazerem repousar as suas esperanças de mudança nas iniciativas que o

regime acabará tomando como respostas às crescentes "pressões internas", ou ainda, à "quebra do consenso", e não como reação a um avanço efetivo do movimento popular. É a imagem da "implosão do regime". Essa atitude é assumida de maneira clara pelo politólogo Fernando Henrique Cardoso em artigo para o jornal Amanhã de 15/12/77 intitulado "Não basta denunciar o mau cheiro". Para ele as Forças Armadas "sofrem agora o embaraço político de vitórias que não foram aproveitadas em tempo oportuno para construir uma ordem nacional mais justa, equitativa e estável e se desgastaram nas mãos dos interesses econômicos e políticos dos grandes beneficiários do autoritarismo". Ainda assim - continua o autor - "bem ou mal, as transformações que eventualmente venham a ocorrer estarão largamente controladas pelo estabelecimento militar. Não será ainda desta vez, por pressão da base que as instituições políticas tomarão nova forma, a não ser, como já disse, indiretamente. Na prática, o alcance das reformas institucionais estará limitado pelo desgaste das cúpulas e pela margem de manobra que os setores liberalizantes das classes dirigentes encontrarem diante das pressões contrárias, civis e militares." Ou seja, para a corrente que inspira o criador do CEBRAP, não existe na verdade uma alternativa democrática. Os destinos da ditadura estão determinados pela "margem de manobra" dos setores liberais das classes dominantes. O que não o impede de afirmar que a oposição precisa exigir democracia mesmo ("pluripartidária e de massas, não restrita e oligárquica. Democracia para que as bases da sociedade, organizadas e reflexivas, reivindiquem trabalho, salário, saúde, controle das decisões, etc..."). E que "é preciso unificar, sem desfazer as diferenças, as oposições democráticas..." Para quê? Ele responde: "...para despejar um dilúvio de votos que signifiquem um basta! É essa a conclusão final de seu ensaio: "para obter a unidade na diversidade será preciso que o MDB seja capaz de levantar com força os temas do presente e volte a ganhar na massa o significado de um ariete válido na luta pela democracia." (grifos nossos) O que já constitui toda uma concepção de frente. Sua preocupação não está em saber quais são as lutas que desenvolvidas hoje pelas massas levarão à formação de um "ariete válido" para derrubar a ditadura e conquistar a democracia, mas sim, o que é altamente significativo, em procurar um largo aval eleitoral para que o MDB consiga recontrar sua imagem junto às massas. Ou seja, a frente democrática já existe, é o MDB. Só que está muito desgastada. Há que repetir 1974 para que ela volte a ser vista como um "ariete válido".

Mas não é só. O que pode significar essa ânsia de tratar das próximas eleições com um ano de antecedência, sem sequer tocar nas perspectivas que se abrem para a luta em defesa dos direitos humanos e pela Anistia levada à frente pela Igreja e OAB, para a luta pelas liberdades democráticas que já ganhou as ruas com o movimento estudantil, para a luta por melhores condições de vida e trabalho que se consolida em campanhas como a da reposição salarial e a Assembléia do Custo de Vida, para as diversas lutas desenvolvidas no campo pelos sindicatos de trabalhadores agrícolas, etc...? Antes de mais nada revela o descrédito, para não dizer desprezo, pela iniciativa das massas por mais que se fale em "democracia de massas" ou "democracia para que as bases reivindiquem..." Por não acreditarem no movimento de massas, os democratas de classe média tendem sempre a contar demais com as iniciativas do próprio regime e a encarar a unificação das forças de oposição como uma dinâmica eleitoral.

Os intelectuais e políticos de esquerda que adotam uma atitude semelhante à de F.H. Cardoso têm pelo menos o mérito de não ignorar que os planos da

oposição liberal de controlar e limitar as mudanças políticas têm um grande furo. Sabem que qualquer "abertura" dará um enorme impulso à luta democrática e colocará na rua a necessidade de liberdade para os sindicatos e partidos, a necessidade de eleições realmente livres, etc. No entanto, a "transição controlada do regime", isto é, a possibilidade de se dominar por cima o ritmo das mudanças políticas, exerce um certo fascínio sobre um bom número dessas personalidades pois esperam que no curso dessa conversão poderão encontrar os meios de montar partidos políticos com poderosas máquinas eleitorais que garantam que a mudança de regime não altere fundamentalmente a correlação de forças sociais. É sobretudo o caso dos articuladores da social-democracia.

Social-Democracia

O projeto mais claro conhecido até agora é o do senador fluminense Saturnino Braga. Enviado à Alemanha em setembro de 1977 pela Fundação Friedrich Ebert - ponta de lança do SPD na América Latina - proclamou sua "marcada afinidade" com a linha desse partido, tendência que, segundo ele, "vem desde seus tempos como deputado do extinto PSB". As bases para o futuro partido de centro-esquerda Saturnino quer buscar nos trabalhadores urbanos, em setores do empresariado nacional e, principalmente, no Exército. (...) Haveria oficiais dispostos a apoiar o partido por entender que o Brasil necessita de uma liberalização (...) Para ele é muito importante manter o apoio de elementos ligados às firmas estatais. (E.S.P. 1.10.77) Lembre-se também que interrogado no início de 1977 sobre a sucessão presidencial já sugerira dois nomes: Severo Gomes e o general Euler Bentes Monteiro. Seu "programa" pode ser resumido em quatro itens fundamentais, segundo o jornal Movimento de 18/7/77:

a) reservar ao capital de Estado a parte mais dinâmica da acumulação capitalista. b) ampliar o mercado interno pela melhor distribuição da renda, desenvolvimento das pequenas empresas e alocação de tecnologia menos sofisticada. c) romper ao nível político o dilema "capitalismo de mercado / socialismo-totalitário" pelo estabelecimento de uma gestão social-democrática, onde o espaço para a grande empresa e para o mercado existe, mas controlado pelo "Estado do bem estar social". d) manter a fidelidade e a interdependência política, cultural, econômica e geo-política com o chamado "Ocidente".

O senador fluminense prevê o fim do bipartidarismo para o período pós-sucessão e prepara as bases ideológicas e os apoios internacionais para a fundação de um partido de tipo social-democrata. Anuncia mesmo o surgimento de "quatro ou cinco partidos, agrupados em tendências definidas por ele como liberal, ortodoxa, conservadora e de esquerda." (ESP, idem) Ou seja, para a corrente que poderá vir a formar uma agremiação em torno dessas teses, não se trata hoje de unificar a oposição na base de uma alternativa democrática mas de apostar na reconversão do regime através de um sucessor que garanta a "abertura". Uma tímida abertura, visto que se tenta inclusive prever o número de partidos a serem criados... O esquema social-democrata de Saturnino é nesse sentido muito "realista": o que impediria o regime que decretou o bipartidarismo de decretar o tetra ou pentapartidarismo? Ao invés de pregar uma alternativa democrática - estabelecimento das mais amplas liberdades políticas - e de concentrar, dessa forma, as forças democráticas em torno de objetivos que acelerem a decomposição do regime, os centristas tais como o senador Saturnino Braga (mas também Paulo Brossard, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, etc.) estão empenhados em contrair compromissos com o regime militar e prontos para embarcar na proposta da oposição liberal.

No momento presente, um dos perigos que ameaçam a formação de uma ampla frente pela democracia é justamente a atração que poderá exercer um esquema como o de Saturnino sobre lideranças políticas vacilantes como por exemplo os senadores Marcos Freire e Gilvan Rocha, ou os deputados Fernando Lyra, Airton Soares, etc. Isto é, personalidades que estão (ou estiveram) muito próximas dos interesses dos trabalhadores, e que ainda poderiam desempenhar um papel relevante na unificação e consolidação da oposição democrática. Essa corrente, também ativa na articulação de um partido que viesse a conseguir o apoio da Internacional Socialista, parece no entanto estar hoje mais próxima do trabalhismo, cujo principal representante vivo é sem dúvida Leonel Brizola. Malgrado suas recentes profissões de fé sociais-democratas, as bases políticas e sociais da rearticulação do P.T.B serão bastante diferentes de esquemas do gênero Saturnino Braga.

O Trabalhismo

Um texto sobre a organização de um "Movimento Trabalhista no Brasil" data do de 25 de julho de 1977 tenta definir as orientações dessa iniciativa, entre as quais as seguintes:

- a) "A carta-testamento de Getúlio com a denúncia da ação do imperialismo no nosso país e da conseqüente espoliação da classe trabalhadora, constitui o documento básico-histórico da herança trabalhista"
- b) "Durante todo o período da legalidade democrática iniciado em 46 e encerrado com o golpe de 64, o PTB, apesar da heterogeneidade ideológica de seus membros, sempre representou na vida política nacional o partido mais próximo dos interesses dos trabalhadores brasileiros. As deformações mais gritantes do PTB, a manipulação dos Sindicatos e da Previdência Social através do controle do Ministério do Trabalho tem suas raízes nas origens do trabalhismo no primeiro período do governo Vargas."
- c) "A emergência de novas lideranças descompromissadas com os estigmas do passado poderá favorecer o surgimento de um movimento trabalhista expurgado de suas deformações."
- d) "A reorganização do trabalhismo não poderá ser feita fora da perspectiva da formação de uma frente democrática capaz de isolar politicamente a ditadura reinante. Entretanto, se as exigências de concorrer para a solidificação de uma frente heterogênea ideologicamente podem limitar o programa e as palavras de ordem do trabalhismo, este movimento não pode perder a perspectiva de se transformar, no momento oportuno, em instrumento de luta pela implantação do socialismo no Brasil."
- e) "Considerando a luta pela Constituinte um salto qualitativo no processo de resistência democrática de nosso povo, o movimento trabalhista deveria procurar consolidar essa bandeira. A Constituinte na visão trabalhista supõe a anistia total e sem nenhuma exceção para todos os atingidos pela repressão do regime, revogação de toda a legislação repressiva, eleições e vida política com pluralidade ideológica. O nosso país com imenso potencial político a nível internacional não pode ignorar as grandes correntes filosóficas contemporâneas. A legalização da atividade política de todas as correntes marxistas é um imperativo da real democratização do país."
- f) "Cabe ao movimento trabalhista sobretudo assegurar à classe trabalhadora a possibilidade de um sindicalismo livre e unificado no seio de uma central nacional, bem como a defesa dos recursos nacionais do país."

Se feita na base de um tal programa a reorganização dos trabalhistas viria a reforçar a alternativa democrática e se distinguiria totalmente do

projeto social-democrata, apesar de procurar hoje o apoio da Internacional Socialista. Não cabe a nós discutir a viabilidade dessa pretensão. O que nos interessa é ter em conta que: se a reorganização da corrente nacional-democrática, que se exprimiu através do PTB de 1954 a 1964 for feita sobre essas bases, ela será um fator positivo e clarificador no processo de formação de uma frente das forças democráticas.

Entretanto, esse esboço de programa é ainda muito nebuloso para se avaliar a proximidade entre o trabalhismo renovado e as outras grandes correntes políticas populares: o socialismo-cristão e o movimento comunista. Pensamos que a luta popular deve se concentrar na consecução daquilo que constitui para as massas a primeira condição de sua emancipação política. E hoje, essa primeira condição é a liquidação do terror militar e policial sobre os trabalhadores, isto é, o fim da ditadura e a formação de um governo provisório de ampla coalizão. Esse objetivo antecede a Constituinte e não o inverso. Caberá a esse governo provisório a promulgação de uma Anistia Geral e Irrestrita para todos os atingidos pela repressão policial dos governos militares, o julgamento dos responsáveis pela tortura, o estabelecimento das mais amplas liberdades políticas sem nenhuma discriminação e a convocação de eleições para uma Constituinte que possa decidir sobre o regime político-social brasileiro.

A campanha pela Constituinte, tal como foi lançada pelo MDB e apoiada por alguns setores do socialismo-cristão e do movimento comunista, invertia a ordem desses objetivos confundindo as forças democráticas quanto à necessidade de pôr fim à atual ditadura militar e oferecendo, na verdade, mais uma fórmula para a reconversão liberal do regime, malgrado suas grandes diferenças com o esquema "sucessão mais abertura" avançado pela oposição liberal e pela corrente social-democrata.

É natural que muitos setores democráticos sejam tentados a abandonar o objetivo de derrubar a ditadura. A sua transição para um regime liberal, ou de "democracia restrita" como preferem alguns, aparece como muito mais possível e provável a curto prazo, dada a relativa fraqueza da organização do movimento democrático e dos partidos e organizações que, do nacionalismo democrático ao comunismo, passando pelo socialismo-cristão, lutam pelos interesses dos trabalhadores.

Ainda que essa "transição controlada" do regime seja mais provável que sua queda, as forças revolucionárias da democracia não devem se desviar dos objetivos que poderão contribuir para o predomínio dos interesses dos trabalhadores no bloco oposicionista. A necessidade de uma política que atraia os mais amplos setores para o bloco democrático não pode ter como preço o abandono das medidas que poderão garantir as liberdades políticas as mais amplas para os trabalhadores.

Alguns pretendem que o herdeiro de Geisel pode se tornar um sucessor de transição. Achem que ele acabará por fazer uma mudança política sem que haja qualquer ruptura com as características do atual regime. De fato, a ditadura militar nascida em 1964, enquanto regime de crise, nunca assumiu clara e definitivamente sua vocação fascista. Ao contrário, sempre procurou parecer fiel à ideologia do liberalismo. Isso lhe permitiria encampar as atuais "virtudes democráticas" de vários setores das classes dominantes que clamam pelo "Estado de Direito". Mas, por si só, esse tipo de situação transitória não conduzirá a democracia alguma se o movimento popular não estiver em condição de força para impor-se e instaurar um regime

que realmente rompa com o terrorismo militar a serviço dos monopólios e instaure as liberdades políticas. E o caminho para reunir essas forças é o do desenvolvimento das lutas em que estão empenhados os operários, os trabalhadores agrícolas, os camponeses, os estudantes, os professores, os jornalistas, etc. E para compreender o estágio atual da consciência e organização das entidades que agrupam essas áreas sociais é fundamental ter em conta a política das grandes correntes que as atravessam.

Três vertentes

A caracterização da frente democrática através de três correntes - a nacional-democrática, a socialista-cristã e a comunista - pode parecer insuficiente a todos aqueles que acompanham a proliferação de projetos de partidos socialistas, tendências socialistas, convergências socialistas, frentes populares eleitorais, etc. Toda essa agitação baseia-se na hipótese de as atuais "reformas políticas" trazerem a possibilidade de existência legal de um partido de esquerda. Nessa perspectiva, o novo partido terminaria por aglutinar esses projetos. Eles tem todos uma característica comum: a de relegarem para o futuro distante a formação de um partido de classe, isto é, um partido que exprima os interesses históricos do proletariado. Em se tratando de um partido de esquerda pluriclassista, será certamente o trabalhismo que vingará visto suas tradições históricas e suas características ideológicas. Na hipótese da reconversão liberal serão os líderes trabalhistas que aglutinarão os vários movimentos de formação de um partido legal de esquerda.

Os cristãos, e particularmente a Igreja Católica, de longe a mais significativa instituição religiosa em nosso país, evoluíram muito nesses 14 anos de ditadura. A tal ponto que se torna hoje difícil avaliar qual a atitude política que predominará no seu seio com relação à atual transição do regime. Entre a tendência democrata-cristã representada nos meios políticos por Franco Montoro e a prática dos missionários do nordeste e centroeste, as posições de D.Evaristo Arns, ou a atividade das diversas pastorais, comissões arquidiocesanas, etc (e mesmo deixando de lado a extrema direita dos Sigaud e Corção), existem diferenças suficientemente importantes para que se possa afirmar que os cristãos não conseguirão evitar divisões frente às orientações da luta pela democracia.

Ideologicamente, os setores mais radicais da esquerda cristã desenvolveram a tal ponto sua crítica moral do capitalismo que, em muitos pontos, convergem com as correntes que lutam pelo socialismo. Respondendo recentemente às acusações do arcebispo de Diamantina, D. Pedro Casaldáliga definiu desta maneira o que entende por "socialismo democrático" - "entendo por socialização a maior participação possível de todos os cidadãos, dentro do maior nível possível de igualdade, nos bens da natureza e de produção. Para isto, evidentemente terá que ser sacudido e destruído o egoísmo do capital, o privilégio das minorias, a exploração do homem pelo homem". (...) "...como cristão devo ir muito além do comunismo: porque acredito na transcendência e na parusia!"(JB 8/5/77). O retorno às qualidades revolucionárias do cristianismo primitivo foi um movimento paralelo à tomada de consciência por amplos setores da Igreja da impossibilidade de lutar pela defesa dos direitos humanos sem assumir uma posição francamente anti-ditadura. E o amadurecimento dessas atitudes colocou muitas vezes os setores mais avançados da Igreja na primeira linha de combate pela democracia. Basta lembrar a atitude da igreja paulista depois dos assassinatos de Vanucchi e de Herzog ou ainda da entrevista de D.Evaristo Arns

ao Pasquim (21/10/77): " Não acredito nessa democracia que o MDB e outros estão proclamando. Assim não vamos. Mas tenho certeza de que a Democracia virá."

Foi sem dúvida a ligação cada vez mais importante dos missionários com os trabalhadores da cidade e do campo que os levaram a assumir posições mais lúcidas e avançadas que muitos homens políticos da oposição consentida. Esse trabalho de base feito pela Igreja é praticamente o único trabalho significativo da esquerda no campo. Nas cidades ele é feito em conjunto com as tendências ideológicas materialistas que lutam pelo socialismo. E aí, o culto à espontaneidade das bases levou as pastorais operárias e as comunidades a reforçar as inclinações obreiristas de setores do movimento operário que se traduzem nas dificuldades encontradas pelas oposições sindicais e pelo movimento do custo de vida para assumirem com decisão a luta pela democracia. O obreirismo de muitos setores das oposições sindicais e de muitos ativistas de bairro acaba por ser um obstáculo para que os trabalhadores urbanos venham a ocupar um papel dinâmico e de vanguarda na formação da frente das oposições democráticas. (Cf. DEBATE-28).

O movimento comunista

Disperso em uma dúzia de agrupamentos, na maior parte dos casos sem nenhuma expressão nacional, os comunistas não chegam a ter hoje um papel determinante na formação da frente democrática. A debilidade política das organizações comunistas se revela justamente nos zig-zags que manifestam em relação ao eixo principal da luta contra a ditadura. Só muito recentemente o PCdoB, o MR-8, a AP e alguns outros grupos menores reconheceram que esse eixo é a luta pelas liberdades democráticas. A guinada do primeiro foi de 180° pois passou de uma linha de união dos brasileiros contra o imperialismo a uma outra que coloca todas as suas baterias na campanha pela Constituinte, na qual também entraram alguns grupos trotskistas como por exemplo, o POC. Para o MR-8, como ficou claro em recente crítica publicada em DEBATE-28, a luta pelas liberdades democráticas é um mero pretexto tático e não uma concepção clara de luta pela democracia. O que nos separa bastante no processo de unificação dos comunistas mas permite evidentemente uma ação conjunta na construção da frente democrática, desde hoje. O PCB, apesar de ter assumido a luta pela democracia como eixo principal de sua prática há bastante tempo, passa hoje por uma crise de indefinição que o faz oscilar da "frente patriótica" a um apoio hesitante à campanha pela Constituinte. Os outros grupos de menor expressão como o MEP e o MRP só estarão na frente democrática se vierem à reboque pois mantêm um profundo desprezo por essas lutas "burguesas"...

Os comunistas organizados pela Plataforma de União devem procurar a unidade de ação com os grupos e organizações que colocam a luta pela liberdade política como orientação central para o momento atual seja qual for a concepção que tenham do desdobramento da luta. O trabalho unitário com essas forças será um passo importante no processo de formação da frente democrática na medida em que transcenda o simples entendimento entre grupos para ganhar expressão no movimento sindical, no movimento estudantil, na imprensa democrática, no movimento feminista, no movimento das populações dos bairros periféricos, etc.

Os desacordos existentes entre os comunistas não chegam a constituir uma razão para que se faça o jogo da direita, isto é, que se favoreçam as ten

tativas de reconversão liberal do regime pela falta de união da oposição democrática! É justamente na medida em que os comunistas conseguirem ter um papel decisivo na formação de uma oposição conseqüente à ditadura que os trabalhadores conseguirão se impor no seio da oposição democrática, garantindo assim que esta se determine por uma política firme de ruptura com o regime. É urgente que os comunistas se unam para aglutinar todos os que aspiram a uma autêntica democracia, isto é, à autodeterminação do movimento operário e do movimento camponês.

As entidades de massa

É cada vez mais clara a consciência que vem adquirindo o movimento sindical dos trabalhadores (das cidades e do campo) na defesa de seus direitos fundamentais: liberdade de organização, melhores salários e condições de trabalho, emprego e liberdades democráticas. Evidentemente, o grau de organização e as lutas que hoje se desenvolvem, estão aquém do necessário para que se atinjam objetivos tão amplos. No entanto, por mais insuficientes que sejam, as lutas atuais anunciam o sentido e a força que poderão adquirir quando deixarem de ser isoladas e se inserirem conscientemente em um quadro mais coordenado. Existe hoje, mesmo nos setores avançados do movimento sindical, uma tendência a rebaixar o papel dos sindicatos apenas à sua função mais elementar, isto é, limitar a ação sindical à defesa das condições necessárias à sobrevivência dos trabalhadores. Essa é a resposta quase espontânea do movimento operário: a solidariedade na luta contra o capital por melhores salários e condições de trabalho.

Tem surgido, entretanto, sinais de superação dessa fraqueza. De um lado há diretorias sindicais que começam a mostrar grande combatividade. Por outro, a exigência de liberdades democráticas como condição imprescindível à solução de questões de salário, habitação, ensino, saneamento básico, etc, começa a aparecer cada vez mais nos documentos e jornais sindicais. O manifesto lançado por 110 sindicatos gauchos no fim de outubro de 1977, depois de enumerar as péssimas condições de vida dos trabalhadores, denunciar a inexistência de liberdades sindicais, a censura, etc, termina por afirmar: "Acreditamos que todos esses problemas só encontrarão solução ou equacionamento de acordo com os interesses da maioria da população se a Sociedade Brasileira se reorganizar através da participação ampla e direta de seus cidadãos, de tal forma a tornar as Liberdades Democráticas e os Direitos da Pessoa Humana verdadeiramente praticados e respeitados". Vai exatamente no mesmo sentido a "Carta dos Metalúrgicos" de Santo André: "Entendemos haver chegado a hora de voltarmos ao Estado de Direito, com o retorno das garantias individuais, com o restabelecimento das prerrogativas da magistratura, do "habeas corpus" e das eleições livres e diretas para o preenchimento de todos os cargos".

As reivindicações que cada vez se mostram as mais abrangentes nas lutas que se desenvolvem atualmente já formam um esboço de plataforma de unidade do movimento sindical. Podem ser reunidas em quatro grandes palavras de ordem: POR AMPLAS E IRRESTRITAS LIBERDADES DEMOCRATICAS, PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO, CONTRA O DESEMPREGO. A primeira inclui a luta pela libertação dos presos políticos, pela anistia geral e irrestrita, contra as prisões e tortura, pela revogação da legislação de exceção, por eleições livres e diretas com direito à participação de todas as tendências da nação, contra a cassação de mandatos, etc. A segunda inclui a luta pela liberdade sindical, pelo direito a greve, pela desvinculação dos sindicatos

do Ministério do Trabalho, pelo direito de reunião, pelo direito de imprensa operária livre, pelo direito de eleger comissões operárias para negociar salários e condições de trabalho, etc. A terceira inclui a luta contra o arrocho, pela escala móvel de salários, pela proibição de ritmos acelerados de trabalho, pelas condições de segurança e salubridade no trabalho, etc. A quarta inclui a luta pelo pleno emprego, contra os contratos de trabalho temporários, pelos contratos coletivos, contra o aumento das horas de trabalho, em favor de um salário desemprego, etc.

Mas não se nota ainda uma clara determinação do movimento sindical em concentrar seus esforços na primeira palavra de ordem, isto é, uma luta incisiva pela liberdade política.

Os sindicatos dos trabalhadores agrícolas, apesar de contarem com uma das duas únicas Confederações Nacionais não dominadas por pelêgos, parecem estar mais atrasados ao nível dessa plataforma. É evidentemente muito mais natural para sindicatos como o dos jornalistas, há muito tempo mobilizados na luta contra a censura, verem a luta pela liberdade política como o centro de mobilização das forças democráticas, que para os sindicatos de trabalhadores agrícolas que lutam aqui pelo crédito aos minifundistas, ali pelo contrato escrito aos parceiros, acolá pela titulação de terras ocupadas por posseiros, lá pelo contrato de trabalho aos assalariados, ... Não obstante, a CONTAG, juntamente com a CONTEC, colocaram a liberdade sindical, a negociação salarial livre, e o direito à greve como algumas de suas principais reivindicações, quando foram procuradas pela "missão Portella" (Movimento 24/10/77).

Surgem assim alguns sinais de que não demorará muito para que o movimento sindical consolide uma plataforma de unidade em que a reivindicação de liberdade política constitua o centro. E isso acontecerá tanto mais cedo quanto mais rapidamente forem superados os problemas que hoje emperram as oposições sindicais. Essa também é a condição para que se ultrapasse o economicismo de alguns movimentos de bairro como aconteceu com a preparação da IIa Assembléia do Custo de Vida. (Cf. DEBATE-28)

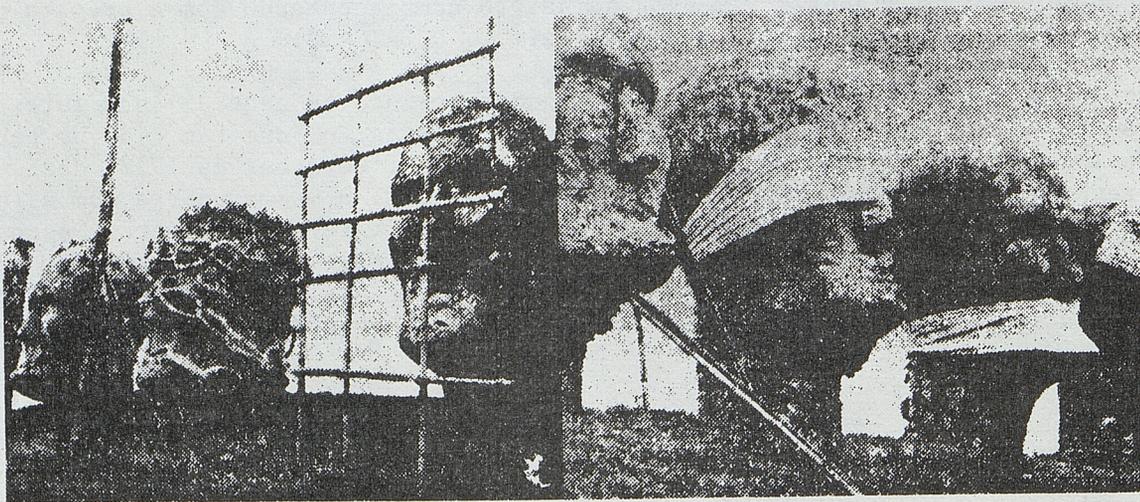
O movimento estudantil está claramente determinado em centrar suas lutas em torno da conquista das liberdades democráticas, no que tem tido um papel de primeiro plano. Basta lembrar-se das manifestações de 1977, das reuniões da SBPC, da reorganização das entidades. O mesmo ocorre com a imprensa democrática, movimento dos professores, intelectuais, etc. Nessas áreas a questão é antes de uma clarificação dos alvos de luta tendo em vista uma certa tendência que procura limitar a luta democrática em torno da luta pela Constituinte.

A formação da frente

A convergência das forças democráticas não pode contrariar os ritmos diferentes de conscientização, organização e ação dos vários movimentos setoriais, bem como as dinâmicas específicas a cada tendência ideológica do movimento popular. Ao mesmo tempo, o bloco democrático tem que atrair setores da oposição liberal impedindo que aconteça o inverso, como está patente na operação Magalhães Pinto. Essa dupla exigência se faz numa conjuntura marcada pela sucessão como oportunidade de conversão do regime e por novas eleições em novembro próximo. A campanha eleitoral será sem dúvida um momento importante para se avançar no sentido da formação da frente democrática pois permite uma mobilização em torno de candidatos que defendam um programa democrático centrado na exigência de liberdade política

tica. Mas nosso trabalho não está condicionado só a essa ocasião, sem dúvida privilegiada, de fazer convergir iniciativas diferentes em direção à constituição de um bloco democrático. A frente não pode ser construída só através do trabalho legal. Ela exige um organismo clandestino de entendimento entre as principais correntes do movimento popular e democrático. A questão que se coloca é a de saber se as condições atuais já permitem que uma iniciativa nesse sentido seja coroada de êxito. Nos trabalhos de base e em muitos organismos de intervenção política já existem frentes parciais. Mas o processo não parece estar maduro para que se produza um desdobramento que se torne uma espécie de coordenação nacional do movimento democrático. Tanto as tendências ideológicas históricas que formarão a frente - o trabalhismo, o socialismo cristão e o comunismo - como as entidades de massa - sindicatos, uniões estudantis, associações de bairro, etc. - debatem-se ainda com problemas de representatividade de suas direções, quando não de definição programática. Questões como a forma de organização clandestina da frente ou da escolha de seus porta-vozes ainda aparecem como especulações dadas as insuficiências políticas e orgânicas das forças que virão a formá-la.

Nessas circunstâncias é ainda maior a responsabilidade dos comunistas. Corre-se o risco de se ver uma rápida articulação da corrente social-trabalhista, uma maior definição do socialismo cristão e a continuidade da pulverização do movimento comunista. Mais do que nunca o objetivo de unir os comunistas aparece como urgente e imprescindível. Todas as iniciativas nesse sentido devem ser apoiadas. Qualquer obstáculo à reunificação custará caro aos trabalhadores que verão seus interesses ausentes ou enfraquecidos na formação da frente democrática. É mais do que hora de banir os sectarismos, os espíritos de grupo, o circulismo, para dar passos decididos no caminho da união, da reorganização do movimento comunista.



CAMPINAS: NA UNIVERSIDADE, O TESTEMUNHO SILENCIOSO DAS ESTATUAS

A ESQUERDA E A DEMOCRACIA márcia brandão, tiago de lima

A Luta por Liberdades Democráticas

A luta pelas liberdades democráticas tornou-se, ao longo dos últimos três anos, o espaço privilegiado das manifestações revolucionárias.

Neste período recente, ocorreu uma expressiva ampliação da luta antitatorial e multiplicaram-se as manifestações e os grupos sociais a lhe darem apoio, tanto quanto se avançou qualitativamente no que diz respeito ao conteúdo das consignas levantadas, já que os setores mais conseqüentes passaram a qualificar de forma mais precisa as liberdades pelas quais lutavam. Tais constatações, contudo, não são suficientes para uma avaliação da situação política atual dos que combatem a ditadura militar-terrorista, sendo necessário, para isso, identificar as questões cuja evolução condiciona o progresso ou o retrocesso da atuação revolucionária.

Com efeito, embora a grande maioria dos revolucionários tenha assumido esta luta (mesmo dentre aqueles que a rejeitaram num primeiro momento como sendo uma "luta burguesa"), poucos definiram de maneira clara e consequente aonde pretendem chegar com ela. Muitos companheiros ainda defendem as liberdades democráticas visando tão somente "abrir espaço" para a luta pelo socialismo. Tal postura indica em alguns casos, a idéia que os companheiros têm da queda da ditadura como condição para a organização, em qualquer nível, dos trabalhadores (como se a "queda" da ditadura militar-terrorista sem a intervenção dos trabalhadores viesse a lhes abrir a possibilidade de participação efetiva...). Em outros casos, indica simplesmente a compreensão da luta por liberdades democráticas como um "trampolim" para se colocar a problemática do socialismo (para citarmos apenas um exemplo, que aliás está na moda entre os estudantes socialistas, registremos a posição do M.R.8, para o qual a luta por liberdades democráticas visa "acumular forças na luta pela derrubada da ditadura militar" com o objetivo de transformar "a crise desta forma de dominação burguesa que fatalmente (sic) ocorrerá, na crise do sistema de dominação burguesa como um todo" - ver as "Resoluções Políticas do Primeiro Congresso do M.R.8, pg. 64). O fato importante é que tanto esses companheiros quanto aqueles não compreendem a necessidade da realização efetiva da democracia como condição para o socialismo.

Evidentemente, tal incompreensão oculta a superficialidade de uma mal-digerida crítica ao "etapismo". Esses companheiros não podem se deparar com a palavra "Democracia" sem que lhes venha à mente a gasta "teoria" da revolução democrática-burguesa, que tantos danos causou ao movimento revolucionário de nosso país. Mas isto só revela a conjugação de uma profunda ignorância histórica e teórica a respeito do "etapismo"

e de uma miopia política (que parece progredir rapidamente para a cegueira) que os impede de perceber que o advento do socialismo depende menos de sua profissão de fé socialista que da participação e organização efetiva dos trabalhadores em todos os âmbitos da vida política.

Na verdade, os companheiros parecem querer compensar sua falta de clareza quanto às diretrizes concretas da luta política dos revolucionários e das massas, pregando abstratamente o caráter socialista da revolução brasileira ou pronunciando algumas frases altissonantes sobre o papel "hegemônico" da classe operária. E quando se trata de desenvolver a luta democrática, apressam-se em substituir "etapa" por "processo ininterrupto" acreditando distanciar-se, assim, da "praga reformista". E dessa forma, a hegemonia proletária vai sendo conquistada no papel e o socialismo vai sendo construído no universo vocabular criado pelos ideólogos das "tendências proletárias". A esses companheiros talvez não seja inútil lembrar (à maneira de Spinoza) que o conceito de classe operária não faz revoluções...

O que, enfim, muitos não compreendem é que a luta por liberdades democráticas, bem como a luta contra a ditadura, só tem consequências efetivamente revolucionárias quando associada à defesa de um programa democrático, cuja realização crie as condições para o socialismo, e quando sustentada por um trabalho decidido no sentido da conquista, pelo movimento de massas, do seu direito à participação organizada.

Outro elemento de importância decisiva no combate à ditadura e que a luta por liberdades democráticas revelou de modo muito claro, refere-se à incapacidade que os setores revolucionários têm tido de se desenvolver no plano orgânico. Em 1974, quando alguns fatores - como o enfraquecimento da unidade do poder, advindo das dificuldades econômicas no plano nacional e internacional, a politização crescente das reivindicações corporativas e setoriais e o ressurgimento das manifestações de massa - desencadearam a luta aberta por liberdades democráticas, a direção dos setores liberais conseguiu, em grande medida, impor a sua maneira particular de conceber essa luta. As opções de organização e propaganda, por sua vez, restringiam-se a alternativas ligadas, direta ou indiretamente, a iniciativas de setores não-revolucionários da oposição. Desta forma, a propaganda democrática fez-se através da luta pelos direitos humanos (bandeira em grande medida assumida pela Igreja), das atividades do movimento feminino pela anistia, ou através da campanha de alguns candidatos do MDB às eleições de novembro 1974. Em qualquer caso, manifestava-se a força relativa das opções orgânicas liberais frente a eventuais alternativas democrático-revolucionárias.

Hoje, o quadro não é o mesmo que o de então. No que diz respeito por exemplo ao conteúdo da propaganda democrática, ela é muito mais clara e avançada, centrando-se menos no "habeas-corpus" ou na censura à imprensa, do que nos direitos de greve, organização livre e independente dos trabalhadores e na necessidade de destruição do aparato repressivo que sustenta a ditadura militar. Além disso, certas manifestações de repúdio ao regime passaram a se dar em um espaço politicamente independente e seguindo dinâmica própria. Aos que duvidavam da capacidade mobilizadora da luta pela liberdade, fatos como as manifestações de diversas categorias de trabalhadores em protesto pela manipulação dos índices de inflação de 73/74, os documentos dos sindicatos gaúchos e dos sindicatos nacionais do petróleo em defesa da livre associação e do direito de greve, a crescen-

te organização de oposições sindicais de diversas categorias, as passeatas e atos públicos encabeçados pelo movimento estudantil, as manifestações massivas de intelectuais e artistas contra as arbitrariedades da ditadura, etc, demonstraram (mais uma vez) que a democratização das instituições e a radicalização da luta política só são alcançadas pela intervenção do movimento de massas e que, portanto, o abstencionismo não é uma tática política das mais consequentes, a não ser para justificar o radicalismo verbal de certas "vanguardas".

Contudo, no que se refere ao aspecto orgânico, a evolução foi quase inexpressiva: as oposições sindicais não conseguiram capitalizar os efeitos das manifestações operárias e, o que é principal, avançaram menos do que se esperava no sentido de uma forte organização pela base, através das comissões de fábrica, perdendo-se às vezes na luta contra os "pelegos" em vez de concentrar suas forças no combate à estrutura sindical vigente; os estudantes não conseguiram dar expressão orgânica às suas vitoriosas manifestações do ano passado, ficando longe dos seus objetivos de reorganização regional e nacional; os revolucionários, perdidos em milhares de divergências, muitas das quais artificiais, não avançaram na consecução da urgente tarefa de reorganização dos comunistas em novas bases.

Desta forma, embora obtendo vitórias expressivas, as forças democrático-revolucionárias não foram capazes de ultrapassar certos limites na luta por liberdades democráticas, tendo permanecido, em determinadas circunstâncias, "marcando passo" e sendo mesmo surpreendidas pelos acontecimentos.

A dinâmica atual da luta contra a ditadura desenvolve-se com rapidez trazendo à consideração dos revolucionários novas consignas e frentes de luta: fala-se insistentemente em anistia, Constituinte, PS, PTB, eleições diretas para presidente, etc. Cada uma destas possibilidades deve ser analisada cuidadosamente, nos limites de sua especificidade, mas em qualquer caso deve-se avaliar a sua capacidade real de fazer avançar a luta revolucionária pela derrubada da ditadura, através do aprofundamento da mobilização e organização dos trabalhadores e dos setores oprimidos.

Quaisquer que sejam os próximos passos assumidos pela oposição revolucionária, o decisivo será a capacidade que as alternativas adotadas tiverem de superar os pontos críticos que obstaculizam hoje a luta revolucionária, os quais procuramos localizar até aqui. Isto implica em que os revolucionários cumpram as tarefas fundamentais definidas pelo estágio atual de nossa luta política, requisitos do avanço da revolução em nosso país:

1. vincular explicitamente a luta por liberdades democráticas a um programa democrático claro. Para nós, este programa é o da Democracia Revolucionária conforme o temos defendido, desde a redação de nossa Plataforma Para a União dos Comunistas : a- direito irrestrito à greve, independência sindical, defesa das condições de existência e de trabalho; b- nacionalizações democráticas; c- estabelecimento de uma Assembleia Nacional Constituinte; d- reforma agrária radical; e- supressão da dependência do Brasil em relação ao imperialismo; f- supressão dos atuais organismos de repressão e da legislação que limita as liberdades públicas, reorganização democrática das Forças Armadas Nacionais com punição para todos os torturadores e cúmplices da repressão)

2. ligar-se organicamente às lutas de massa, atuando de modo a fazer avançar decididamente a organização dos trabalhadores e de todos os setores democrático-revolucionários e lutando pela politização crescente de suas manifestações;
3. atuar de modo a dar expressão orgânica efetivamente independente às alternativas revolucionárias na luta por liberdades democráticas, contra a ditadura militar terrorista e pela Democracia Revolucionária; e
4. lutar de forma consequente pela reunificação, em novas bases, dos comunistas brasileiros, assegurando assim a constituição de uma instância política independente na luta pelo socialismo.

A Assembléia Constituinte

No último ano, a propaganda em torno da Assembléia Constituinte assumiu repercussão nacional e penetração em diversos setores da nossa sociedade. No que diz respeito à oposição revolucionária, contudo, a polêmica que se desenvolveu em torno do tema, embora assumindo cores violentas, esteve marcada por algumas confusões, entre as quais a principal parece ter sido a identificação entre a luta por uma Assembléia Constituinte e a reinvindicação de sua convocação imediata.

Não foram poucos os que se perderam em considerações aparentemente profundas a respeito do Governo Revolucionário Provisório que sucederia à ditadura militar-terrorista, ou na pregação da necessidade da "hegemonia" proletária naquele GRP, como se tais questões pudessem ser resolvidas no papel e não na luta de classes.

Do lado dos defensores da proposta, muitos abraçaram sem maior reflexão a consigna da "Assembléia Constituinte Livre e Soberana", passando por cima da importante questão que consiste em definir a origem do poder que uma eventual Assembléia teria para constituir, ou seja, o caráter de sua soberania. Deixando de estabelecer a articulação entre sua proposta, o combate à ditadura e a luta pelo socialismo, e formulando sem clareza sua compreensão do papel do movimento de massas na convocação da Constituinte tais companheiros acabaram por regredir à fetichização do sufrágio universal.

Do lado dos que se colocavam contra a idéia da Constituinte, vimos resurgir o economicismo dos nossos mencheviques de esquerda (com suas fileiras momentaneamente engrossadas por algumas desorientadas - ou mal orientadas - lideranças estudantis) traduzido numa pouco afirmativa proposta de Resistência Popular. Sem entrar exatamente no mérito da questão, estes companheiros constatavam que a convocação de uma A.C. hoje não faria mais que legitimar a atual ordem social. Assim é que, num documento estudantil, perguntam: "Se o fundamental agora (grifo nosso) é obter na prática as conquistas que o movimento de massas necessita, por que levantar a bandeira da Constituinte? Por que não lutar pela sua liberdade de organização e expressão que é o que poderá assegurar qualquer conquista?"

Evidentemente, no caso dos defensores da Resistência Popular, esta "confusão" (entre luta pela Constituinte e reinvindicação de sua convocação nos quadros da ditadura) oculta a concepção profundamente errônea a partir da qual os companheiros vêm a política, fragmentando-a e analisando seus avanços de uma forma que não poderia ser mais evolucionista. No mesmo texto pudemos ler, por exemplo: "Quanto ao movimento operário e popular, es-

te continua travando suas lutas econômicas e começando agora a lutar pelo seu direito de organização. Mesmo a palavra de ordem liberdades democráticas somente agora começa a ser assumida pela sua vanguarda. Nessas condições, pode ele hoje assumir a bandeira da Constituinte?" O que ocorre aí senão uma separação mecânica entre os aspectos particulares e gerais de uma mesma luta? Para os companheiros, a luta de classes se dá por passos nitidamente distintos e separados: primeiro, os trabalhadores se organizam, depois, colocam a questão do poder e lutam por ele. E não passa pela cabeça desses revolucionários que se as questões políticas não forem colocadas diretamente e desde já - na medida do possível, evidentemente - a própria organização dos trabalhadores pode não ultrapassar os estreitos limites do corporativismo...

O fato que se revela aqui, como já assinalamos anteriormente, é a incompreensão de que a luta por Liberdades Democráticas só será consequente se estiver associada a um programa democrático que vincule desde já as reivindicações imediatas dos trabalhadores ao combate explícito à ditadura burguesa. A própria luta dos trabalhadores por sua organização livre e independente só avançará efetivamente se estiver associada a todas as frentes de luta contra a ditadura militar-terrorista.

Mas deixemos o terreno das "confusões" para ingressar no dos puros erros. Contra a proposta de luta por uma Assembléia Constituinte alguns companheiros têm levantado o argumento segundo o qual ela fortalece a oposição liberal, a qual teve a iniciativa de lançá-la. Efetivamente, a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte alcançou repercussão nacional pela intervenção dos setores representados pela OAB e uma parcela do MDB. Mas isso não significa outra coisa senão que cabe à oposição liberal (e não à revolucionária) algum espaço legítimo na legalidade vigente, e que isso (em parte devido à dura repressão que sofre, mas também pela incapacidade de que têm dado provas as forças revolucionárias de atuarem em conjunto) não é compensado por um forte e coeso movimento clandestino. Todos sabemos que se os revolucionários tivessem a organização e o poder de penetração que têm os liberais as coisas se dariam de outro modo, mas isto é outra história. De qualquer forma, é evidente a esta altura que, assombrados com as possíveis consequências políticas de sua iniciativa, os representantes da oposição liberal procuram esquecê-la e fazer crer a todos que ela foi "esvaziada pelos últimos acontecimentos".

A oposição revolucionária precisa superar definitivamente o seu incontrôvel medo do fantasma do populismo. A oposição liberal tem bases sociais reais e é na condição de força política concreta que se apresenta no terreno da luta de classes. Devemos saber avaliar seus objetivos e sua força - o que pode, em certas circunstâncias, nos unir a ela numa frente - mas não podemos superestimar sua capacidade de impor diretrizes ao movimento de massas, sob pena de cairmos num capitulacionismo de consequências desastrosas para a luta revolucionária. De qualquer maneira, não podemos nos esquecer que a principal luta da oposição revolucionária hoje, é contra a ditadura militar, e não contra os liberais. Que procuremos manter total independência nesta luta, é condição para nossa sobrevivência e para a da própria luta revolucionária. O que não podemos fazer é comportar-nos como se a ditadura já não existisse.

Quanto à questão da Constituinte, importa-nos menos saber quem primeiro avançou tal luta, do que fazer uma avaliação das direções que ela pode tomar e da potencialidade que ela tem no sentido de fazer avançar a luta

por liberdades democráticas, pela derrubada da ditadura e pela conquista da democracia revolucionária, via histórica do socialismo.

Analisemos por partes. Qual o papel da campanha por uma Constituinte democrática na luta pela democracia? Em primeiro lugar, na medida em que qualificamos nossa proposta de Constituinte definindo as condições para sua convocação, não só enunciámos as principais consignas assumidas hoje na luta democrático-revolucionária (anistia ampla e irrestrita, liberdade de organização sindical e partidária, extinção das torturas e do terror repressivo do regime, fim da censura, controle popular dos meios de comunicação, etc), como as explicitamos em sua unidade. Em segundo lugar a luta pela Constituinte cria um espaço particular de mobilização que deixa de depender das situações imediatas vividas pelo movimento de massas, permitindo além disso a utilização dos canais da oposição liberal: MDB, associações profissionais, Igreja, etc. Em terceiro lugar, pelo facto mesmo de criar este espaço próprio de mobilização independente das situações específicas vividas pelos trabalhadores e demais setores oprimidos (baixos salários, repressão, censura, etc.) a propaganda da Constituinte possibilita fazer passar a luta pelas liberdades democráticas de um estágio defensivo (em que se luta contra os baixos salários, o aumento do custo de vida, a repressão e a censura) a um estágio ofensivo (em que a necessidade de um novo regime político é colocada formalmente).

No referente ao avanço da luta contra a ditadura militar a campanha por uma Constituinte possibilita a politização das lutas específicas travadas pelos setores explorados e oprimidos, na medida em que coloca abertamente a questão do poder (já que a Constituinte deve formalizar, a nível jurídico, uma determinada organização do poder). Em segundo lugar, pela definição revolucionária das condições que devem preceder sua convocação e que a tornam incompatível com o regime vigente, a Constituinte se transforma em versão legal e pública da palavra de ordem Abaixo a ditadura! Em terceiro lugar, a campanha pela Constituinte pode se transformar numa instância da frente antiditatorial.

A necessidade desta frente por sua vez torna imprescindível e inadiável a formulação de um programa unitário de toda a oposição revolucionária, e que aponte não somente para a destruição do atual regime, mas que defina também as principais tarefas do poder post-ditatorial. Nesse sentido, a campanha pela Constituinte permite a explicitação e a propaganda de nosso programa da democracia revolucionária e coloca em pauta a necessidade da elaboração de um programa global de transformação de nossa sociedade, cujo principal requisito é a reunificação, em novas bases, dos comunistas brasileiros.

Evidentemente, a luta pela Constituinte não poderá levar à subestimação das demais tarefas revolucionárias (muitas das quais continuarão a se desenvolver na mais estrita clandestinidade) ou a qualquer ilusão quanto à necessidade do uso da força na luta contra o terror militar em particular e o poder burguês em geral. Seria um erro inaceitável esperar uma "avassaladora" vitória nas urnas (como sonham os reformistas) para então fazermos aprovar as leis que consubstanciarão nosso programa.

Se assumimos a bandeira da Constituinte, não o fazemos como uma concessão a eventuais aliados, escamoteando nossos objetivos socialistas. Assumimo-la porque a Constituinte sempre fez parte de nosso programa da democracia revolucionária, onde caracteriza o sentido democrático com que encaramos a construção do socialismo.

OS REVOLUCIONARIOS E O PARTIDO UNICO rolando fratti

Embora compreendendo que se justifica plenamente a preocupação de muitos companheiros, pela construção do "partido revolucionário" ou "Partido Marxista-Leninista", como mais frequentemente se ouve falar, tenho sérias objeções a essas pretensões. Primeiro porque o problema da revolução é antes de tudo um problema de "linha política". A questão do Partido ou Frente para levá-la à prática vem em segundo lugar. E, se aceitarmos que a linha política é o conteúdo e o partido é a forma para levá-la à prática, não pode ser de outra forma.

Creio que (pelo menos no meu caso foi) essa insistência no partido único é o ranço do passado que ainda perdura em nossa cabeça. É uma consequência portanto, de nossa insuficiência crítica e autocrítica no analisar as mudanças verificadas no campo político depois da segunda guerra mundial. Partido Único foi possível em determinado país e em determinada fase e, por razões particularíssimas. Nos demais, o modelo foi imposto e mantido de fora, por meios coercitivos e repressivos. São fenômenos estranhos, incompatíveis com o Socialismo, que por sua vez geraram toda uma série de deformações e distorções, causadoras de grandes dificuldades na construção da Sociedade Socialista. Convém também levar seriamente em conta que a falta de liberdades individuais e coletivas, responsável pela não participação das massas nas grandes decisões, e o estímulo ao chovinismo ao invés do combate permanente, são as causas da ruptura dos partidos comunistas do mundo capitalista com o mundo socialista.

O enorme desenvolvimento das forças produtivas, o apego às liberdades, à democracia, etc. e a convicção de que o socialismo é a única alternativa válida ao capitalismo geraram outras forças que lutam pelo socialismo, que não mais se reduzem aos partidos comunistas. Estes fatores somados às particularidades do Brasil e sua Esquerda, nos levam a considerar a luta pelo partido único uma inútil perda de tempo e ao mesmo tempo um desvio da direção que deve ter o nosso principal esforço: um persistente empenho por uma política capaz de aglutinar as organizações e companheiros que estão tão convencidos de que a autonomia e independência são questões decisivas para alcançar uma justa linha política.

Como um dos organizadores da "Tendência Leninista" da ALN fui um dos primeiros a defender a necessidade de lutar pelo "Partido Marxista-Leninista", tanto que essa tarefa acabou sendo incorporada ao documento: "Uma Autocrítica Necessária". Depois de nós, também o "Grupo Debate" e uma das frações da "A.P." empregaram esforços nesse sentido, sem falar nos partidos comunistas que se auto-definem, cada qual por seu lado, "o partido da revolução". Tanto nós -e, já faz 5 anos- como os demais, nesse terreno, não demos um passo e os partidos comunistas sofreram novas cisões. Concretamente regredimos!

Cumpra levar igualmente em conta, que além de não compreendermos que o problema do partido é subordinado à linha política, que só a existência desta cria a necessidade do instrumento para levá-la à prática, nossas dificuldades foram agravadas por uma concepção mecanicista da construção do

partido. Este se organiza no processo da luta, pois é esta que cria sua necessidade e a experiência ensina que um partido -refiro-me a um partido revolucionário- só se forja lutando no seu teatro de luta, não no exterior. E mais ainda, só cresce e se torna um verdadeiro partido pelo seu grau de influência e autoridade no seio das massas, se tiver uma linha política que corresponda às peculiaridades do país e às aspirações das classes e camadas sociais objetivamente afetadas em seus interesses, sociais, políticos, econômicos, etc... pelo regime e governo do país. Estes são os elementos que levam à construção de um autêntico partido. Um partido capaz de conduzir as massas pelo consenso destas, porque sentem que incarna seus interesses de classe.

Ora, no Brasil, como de resto nos principais países da América Latina, a esquerda está profundamente fracionada e esse fracionamento é consequência direta da debilidade dos partidos comunistas que não conseguiram pôr-se à altura das necessidades revolucionárias de seus países. Filhos da grande "Revolução Socialista de Outubro", não puderam, dado seu condicionamento, tomar em consideração as grandes mudanças provocadas no mundo como resultado da segunda guerra mundial, graças às quais a U.R.S.S. passou de país isolado e bloqueado pelo mundo capitalista, para grande potência respeitada pelos povos e com relações multilaterais com quase todos os países do mundo. Continuaram condicionando sua linha política também no plano interno aos interesses da política exterior da U.R.S.S., isto é, à política de "Coexistência Pacífica". Renunciaram assim, à posição revolucionária que tinham antes de 45, quando a U.R.S.S. por ser combatida pelo mundo capitalista, mantinha e inspirava uma linha revolucionária. O que não impediu alguns erros, mas apesar disso, os partidos grangeavam entre as massas respeito e admiração. Depois de 45 adotaram uma linha política gradualista, ou seja, alcançar o poder através da via eleitoral! Essa linha talvez seja válida para países de tradição democrática, desenvolvidos e imperialistas, mas em países como o Brasil (dependente, subdesenvolvido, dominado por regimes repressivos e governado por uma burguesia que nasceu dependendo da "Metrópole", primeiro de Portugal, depois da Inglaterra e agora -mais assustada do que nunca- inteiramente submissa aos EE.UU.) ter a via eleitoral como única alternativa para a vitória do Socialismo é sem dúvida alguma ajudar a burguesia a enganar as massas.

Para esses partidos, isto é, o pró-soviético ou o pró-chino, etc... não há necessidade de autocritica, pois eles têm como objetivo reforçar a política exterior do Estado a que estão subordinados, não criar problemas para a burguesia que mantém boas relações com os países socialistas.

No caso do PCB essa posição foi adotada em 1943 quando já se tinha como certa a derrota do nazi-fascismo na guerra em curso. Tal política, escandalosamente direitista foi gerando sucessivas cisões, entre as quais destacam-se, pelo seu vulto, as de 60 e 67. Na primeira, um grupo de companheiros: Amazonas, Grabois, Pomar e outros abandonam o CC., no que foram acompanhados por dezenas de quadros intermediários, meses depois fundaram o PC. do B. e acabaram pondo-se a reboque da China. Na segunda os fatos se repetem. Desta vez é Marighella, Mário Alves, Apolônio, Jover Telles, Gorender e Toledo, que deixam o CC. e isso provoca uma das maiores cisões sofridas por um partido comunista. Foram acompanhados pelos maiores Comitês Estaduais e Municipais do país. Foram milhares de militantes que cansados da política conciliadora do grupo dominante abandonaram o partido. Surgem assim a ALN, o POC e o MR8.

Cito estes detalhes e haveria dezenas de outros para citar, com o propósito

to de ressaltar a nossa fragilíssima formação de quadros. Não passávamos de meros "descontentes" com a linha e os métodos de direção burocráticos e antidemocráticos do núcleo dirigente. Na verdade não atinávamos com o porque daquela política, inteiramente alheia às exigências da situação brasileira. A prova mais incontestável do nosso despreparo, está no fato de termos abandonado o PC, e nos atrelarmos a outras "metrópoles" praticando os mesmos erros : importando modelos que nada tinham a ver com a realidade brasileira, em obediência à uma política momentânea de um país socialista.

Examinemos agora qual é a situação da esquerda brasileira depois de 14 anos de fascismo. Podemos dizer que estamos divididos em 3 blocos : o da "esquerda tradicional" ou melhor dito, esquerda condicionada- PCB, PC do B., etc...- os quais por sua vez são divididos entre si, pois um é pró-soviético e o outro é pró-China e isso os impossibilita de chegar à uma linha válida para o Brasil; o segundo é constituído pelo PTB que está sendo reorganizado, tendo como plataforma política a "carta testamento" de Getúlio e o PS. que também se acha em fase de organização. Ambos esperam obter -e têm possibilidade- o apoio da "Internacional Socialista" e da "Social Democracia Européia", fato que naturalmente não desgosta, pelo contrário, é de muito agrado para os EE.UU. Acenam que a solução para o Brasil é o socialismo e trabalham com grande afinco para penetrar politicamente no "Movimento Operário". O terceiro bloco compreende um não acabar de grupos e tendências, cabendo destacar entre eles, grupos sobreviventes e portadores da experiência das ações armadas e os que lutam pela unidade política à base de um programa, que uma para a ação os grupos mais afins, mantendo cada qual sua independência orgânica. Há um aspecto que identifica todos esses blocos : todos, cada qual a seu modo e segundo suas concepções, lutam pela derrota da ditadura e pela conquista das liberdades democráticas.

Resumindo : o primeiro bloco é irreversivelmente dividido. Só o restabelecimento da "paz" entre a U.R.S.S. e a China os aproximaria. Isso contudo não viria significar, do ponto de vista revolucionário, vantagem para o povo brasileiro, pois ambos continuariam condicionados; de outro lado não há possibilidade de unidade -sempre do mesmo ponto de vista- entre o primeiro e o segundo grupo, visto que um faz o jogo da maioria dos países socialistas e o outro, o da "social-democracia européia" e do "socialismo europeu". Essa divisão não é uma peculiaridade da esquerda brasileira. É um fenômeno presente em todos os países e suas causas são objetivas. Assim, constitui uma verdadeira utopia dos que no interior da "esquerda revolucionária" do terceiro grupo procuram a unidade da esquerda em geral na base de um programa revolucionário, isto é, um programa que não se limite a ter como meta exclusivamente a derrota da ditadura, mas que assegure uma perspectiva que dê motivação para prosseguir a luta até a supressão do sistema capitalista e instaure o socialismo. Em todo esse emaranhado que é a esquerda brasileira não podemos menosprezar o fortíssimo setor da Igreja que desde o primeiro momento se colocou contra a barbárie fascista. O papel desse setor na luta contra as ditaduras na América Latina, particularmente no Brasil e no Chile está sendo valiosíssimo e nós devemos valorizá-lo e ter em conta que em dado momento também lançará -se sentir necessidade- uma democracia cristã ou coisa que o valha, que igual a outras, limitar-se-á à substituição do fascismo e não do sistema.

Esta situação concreta não deve impedir que a "esquerda revolucionária" aceite francamente o diálogo com todos, visando acertar a ação comum na

luta para bater a ditadura e estabelecer um regime democrático, Ela deve incluir em seu programa, como uma questão fundamental, o apoio irrestrito aos que lutam contra o fascismo, pois devemos nos convencer que a liberdade, ainda que precária, para propagar um programa revolucionário, é tão necessária quanto o ar que respiramos. Aos velhos e gloriosos bolcheviques de Lênin, foram decisivas as liberdades alcançadas com a revolução Democrático-Burguesa de Fevereiro de 17, para levar à frente e fazer vitorioso o seu programa revolucionário. Este fato, somado à posição revolucionária que os animava, levou à superação de todos os sacrifícios e obstáculos e ao triunfo do Socialismo.

Estou convencido que são os grupos da esquerda revolucionária por serem autônomos e independentes, já que estão ligados aos países socialistas e aos movimentos progressistas e revolucionários apenas por laços ideológicos, têm condições para chegar a uma linha revolucionária. Linha que, por se tratar de um país dependente, tem condições para incorporar a massa de milhões a uma verdadeira revolução. Na verdade, no Brasil, o modelo de fascismo para país dependente, está em crise, e a classe dominante está tendo grandes dificuldades para acertar outro modelo, pois teme as liberdades democráticas, visto que nos poucos momentos em que estas existiram no país, mais por obra do ascenso de massas do que por sua vontade, seus privilégios e os dos monopólios imperialistas foram postos em xeque. Mas ela busca uma alternativa. E, isso não constitui novidade. A história ensina que quando uma forma de poder se torna obsoleta ou periclitante, a burguesia formula outra para continuar sobrevivendo como classe exploradora.

Atualmente para os fascistas ou regimes repressivos de outra estampa, a coisa se torna mais difícil. Além dos problemas internos derivados da pressão das massas, que aprofundam as contradições em seu seio, soma-se um clima internacional que não lhes é favorável, obrigando o próprio Carter, chefe do país que é o principal responsável pela miséria e repressão na América Latina e em outros continentes, a desenrolar a bandeira da defesa dos "Direitos do Homem". Claro, neste momento, a situação internacional exige que para melhor salvaguardar seus interesses de principal país imperialista, que certos Direitos do Homem sejam restabelecidos contanto que isso não ponha em risco os interesses ianques enraizados em todo o mundo. Se essa é a lógica para os capitalistas, para nós o válido é ter uma posição política que leve à liquidação do sistema. E tal posição exige: que no campo internacional se mantenha a mais completa autonomia, como já dissemos, não só com relação aos países socialistas, mas igualmente perante qualquer organização internacional ou nacional, seja ela democrática ou revolucionária e ao mesmo tempo não subestimar a solidariedade, a qual, embora não seja decisiva, é imprescindível ao movimento revolucionário. No plano interno além de fazer constar do programa as tarefas decisivas a serem cumpridas, para possibilitar a marcha em direção ao socialismo, deve-se travar luta permanente e intransigente, pela democracia que compreende as liberdades, contra o sectarismo, o exclusivismo e a intolerância, produtos do dogmatismo de fundo religioso, cancro que leva à estagnação do pensamento e por isso deve-se manter contra ele e suas manifestações uma luta sem quartel; deve-se aceitar com entusiasmo e lealdade toda posição que permite um passo à frente e ao mesmo tempo manter a luta ideológica - não administrativa - contra qualquer posição destinada a amenizar as dificuldades das forças inimigas, respeitar e estimular a tendência à autonomia do movimento operário, com a convicção de que só assim, lutando contra a praga do paternalismo e da instrumentalização, poderá o proletariado tornar-se a força decisiva na luta pela democracia, bem como, na construção da nova sociedade.

nossas divergências com fratti

Temos de manifestar nosso profundo desacordo com as idéias expressadas pelo companheiro Fratti no artigo que precede. Fiel a seu duplo caráter - e à sua dupla vocação - de órgão político dos comunistas da Plataforma e de órgão de discussão de todos os comunistas que se batem pela reunificação, DEBATE está e continuará aberto a todas as intervenções que com seriedade e espírito construtivo exprimam os pontos de vista os mais diversos sobre as tarefas que nos é dado cumprir. Mas considera igualmente como seu dever fixar sua posição sobre aquelas de que diverja. É neste sentido que assinalamos, com espírito fraternal, os pontos mais contestáveis desta tomada de posição do companheiro Fratti.

O "partido único" : no que nos concerne, nunca confundimos partido comunista com partido único. Há muitos partidos comunistas que não são únicos e muitos partidos únicos que não são comunistas. Estamos tanto quanto Fratti convencidos de que há, em nossa época e em particular no terceiro mundo, outras correntes ideológicas além da comunista que são favoráveis ao socialismo. Somos pela mais estreita unidade de ação com elas. Mas delas nos distinguimos não apenas por nossa concepção do mundo (materialista e dialética) e dos objetivos finais da revolução em nossa época (internacionalismo, produção e distribuição das riquezas sociais conforme o princípio "de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades", supressão do Estado), mas também por nossa concepção da ação revolucionária (centralismo democrático, unidade da teoria e da prática, função de vanguarda do partido, concebido como um "intelectual coletivo" enraizado nas massas e como um destacamento de combate à frente das lutas sociais). Não vemos porque a luta por reunir os comunistas do Brasil em novas bases orgânicas seja incompatível com a unidade de ação anti-ditatorial.

A "linha política" : Fratti declara taxativamente que a linha política precede o partido, "instrumento para levá-la à prática". O ovo vem antes da galinha. Mas quem botou o ovo? Quem elabora esta linha política? Hoje há tantas linhas quanto organizações, grupos e até cabeças políticas. Temos de ficar esperando um processo de decantação espontânea da linha política através do método do "ensaio e erro"? Como comunistas, combatemos o espontaneísmo, que só favorece a social-democracia em seus diferentes matizes.

Os três blocos : Deixamos de lado a social-democracia (analisada por Abel Silva neste mesmo número de DEBATE). Divergimos da divisão entre "esquerda condicionada" e "esquerda revolucionária". Primeiro porque nesta há de um lado uma corrente comunista, da qual fazemos parte e de outro grupos esquerdistas de todo tipo alguns inclusive claramente anti-comunistas fazendo abertamente o jogo da social-democracia. (É aliás soberbamente conhecido o fenômeno da crítica pretensamente de "esquerda" ao comunismo como trampolim para a social-democracia. O exemplo do PSU francês de Michel Rocard -hoje arauto da direita social-democrata- e dos esquerdistas portugueses -hoje a serviço de Mario Soares e da social-democracia alemã- é bastante ilustrativo.) Segundo porque não se pode por no mesmo saco o PCB e o PCdoB. Se este inspira mais respeito por sua maior combatividade, o condicionamento que sofre por parte da China é muito mais grave do que o condicionamento soviético do PCB. O ataque descabido a Fidel Castro e à revolução cubana, o apoio acintoso à pior reação na África e em Portugal são a nosso ver infinitamente mais compro

metedores em termos de "condicionamento" externo do que a atitude, sem dúvida "seguidista" do PCB em relação à URSS. As análises do companheiro Fratti são, neste sentido, bastante parciais.

A reunificação : "Não demos um passo" no terreno da união dos comunistas nestes cinco anos. "Concretamente regredimos", diz Fratti. Somos avessos a toda forma de baluartismo, mas que o companheiro Fratti nos perdoe: avançamos muito nestes cinco anos. Não fizemos milagres, já que o monopólio do milagre brasileiro é da ditadura. Nem podemos alardear aquilo que os companheiros empenhados no combate comunista têm conquistado, palmo a palmo, no enfrentamento com a ditadura. Damos razão num ponto apenas ao companheiro Fratti: o espírito de seita ainda é forte no movimento revolucionário brasileiro, inclusive na corrente comunista. Mas mesmo no terreno da integração política dos grupos comunistas grandes passos à frente foram dados. Seguiremos adiante.

A autonomia : Concordamos profundamente com Fratti na importância de uma linha política que não seja ditada ou "condicionada" por partidos ou Estados estrangeiros. Não porque sejamos nacionalistas. Mas por considerarmos que ser verdadeiramente internacionalistas (e não cosmopolistas ou "paus-mandados") é recriar o comunismo nas condições de nossa época e de nossas realidades. Os revolucionários brasileiros estão melhor capacitados que os revolucionários de qualquer outro país para levar adiante a transformação socialista de nosso país. Se a burguesia confia aos "brazilianists" norteamericanos a tarefa de escrever sua própria história, escreveremos a nossa nós mesmos, porque a faremos nós mesmos. De resto, achamos que o companheiro Fratti simplifica muito (rebaixando-a) a situação do comunismo enquanto movimento internacional. Não nos parece que pense que os partidos comunistas da Europa Ocidental sejam "satélites de Moscou". E embora diga que o "primeiro bloco" (PCB e PCdoB) "é irreversivelmente dividido", custa-nos crer que considere que os militantes destes dois partidos, que estão desenvolvendo corajoso combate contra a ditadura, sacrificarão em qualquer circunstância e para toda a eternidade a causa da unidade do comunismo brasileiro a seus compromissos políticos e ideológicos com seus respectivos centros dirigentes. É curioso notar que Fratti atribui convicções autônomas a toda a "esquerda revolucionária", como se os trotskistas também não obedecessem a centros dirigentes estrangeiros. A própria Igreja, aliás, pelo que sabemos, tem sede em Roma.

O movimento operário : Devemos, diz Fratti, "respeitar e estimular a tendência à autonomia do movimento operário", "lutando contra a praga do paternalismo e da instrumentalização". A mesma autonomia que nos deve fazer desesperar da reunificação dos comunistas (já que PCB e PCdoB seriam irremediavelmente condicionados) constituiria a última palavra em matéria de política operária revolucionária. Sem Partido Comunista e com um movimento operário autônomo estamos em pleno anarco-sindicalismo modelo 1978. Seria o retorno às origens, mas em geral a História não anda para trás. Nossa posição nesta questão essencial é claríssima. Somos contra a concepção dos sindicatos como "correia de transmissão" do(s) partido(s). Somos pela independência dos sindicatos, inclusive num regime socialista, já que a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores deve ser feita pelos próprios trabalhadores, diretamente nos locais de produção. Não queremos enodoar o socialismo no Brasil com o sangue de operários em greve, como aconteceu, e mais de uma vez, em países do campo socialista. Mas hoje, quando dirigentes sindicais de prestígio, como Luis Inácio, e até mesmo militantes da oposição sindical, se empenham em despolitizar o movimento operário, não se pode admitir que um comunista jogue com a noção de "autonomia". Com frater na expectativa, aguardamos do companheiro Fratti esclarecimentos sobre este e outros pontos de seu artigo.

O FEMINISMO NO BRASIL, HOJE

heleno oliveira, alice paiva

A luta de classes e a luta feminista

Acreditamos que o artigo de nossas companheiras Joana Almeida, Marta Alves e Maria Ribeiro " Sobre a Questão Feminina " publicado em Debate 17, tenha lançado as bases para uma correta compreensão da opressão específica das mulheres no processo geral de opressão de classe. É nossa intenção, a partir da análise realizada por elas - a qual retomaremos sempre que necessário - e recorrendo a outros textos, avançar no que se refere à orientação política do movimento das mulheres, genericamente denominado "feminismo". Cumpre ressaltar, antes de mais nada, que para nós, militantes comunistas, o feminismo é a união dialética e indissolúvel da luta pela emancipação das mulheres com a luta de classes.

Assim como a exploração de classe, a opressão das mulheres encontra uma base material que a determina. Esta é dada pelo próprio papel da família na sociedade atual e pela função que a mulher desempenha em seu seio. "Mas, o caráter mistificador da família está na sua aparente "universalidade", como se as determinações de classe não implicassem em conteúdos diferentes para funções aparentemente idênticas (reprodução biológica, educação das crianças etc.). Nesta medida, sem falar na transmissão da herança (que é função da família das classes dominantes em todos os modos de produção em que existe a propriedade privada), a função da família das classes dominadas, no capitalismo, seria pois reconstituir e reproduzir a força de trabalho. O trabalho doméstico será, assim, um elemento que entra na determinação da força de trabalho(...) isto porque uma grande parte do salário do trabalhador é usada para adquirir certos bens que não estão sob a forma de bens de consumo final. A comida comprada precisa ser feita, as roupas precisam ser lavadas, a casa tem que ser limpa etc... Quando a dona de casa atua diretamente sobre os bens comprados com o salário e altera necessariamente suas características, seu trabalho torna-se parte da massa de trabalho passado incorporado na força de trabalho."

A mesma base material (a função econômica da família) que caracteriza a opressão específica a que estão submetidas as mulheres tende a indicar a existência de um elo de união entre as mulheres de todas as classes. No entanto, esta unidade só pode ser pensada dentro da diversidade que a caracteriza: a divisão em classes da sociedade e por conseguinte das mulheres. É neste sentido que o feminismo será visto por cada mulher dentro de sua perspectiva de classe.

A divisão da sociedade em classes faz com que, de um lado, a grande maioria das mulheres (as que pertencem às classes trabalhadoras) sofram uma dupla opressão determinada pelo sexo e pela classe à qual pertencem, enquanto que as mulheres das classes proprietárias sofrem somente a opressão sexual. Por outro lado, as diferenças de classe fazem com que mesmo a opressão sexual, comum às mulheres de todas as classes, tenha um conteúdo distinto, não atingindo a todas da mesma forma. A opressão sexual a que estão submetidas as mulheres das classes trabalhadoras é sem dúvida maior que a que sofrem as mulheres das classes proprietárias e as da pequena burguesia. Basta

dizer que estas podem se desobrigar de parte das tarefas ditas " naturais " da mulher assim como podem prescindir de um salário (o trabalho sendo portanto para elas uma opção através da qual se realizam) sobrando - lhes assim tempo livre para se dedicar a outras atividades . Por outro lado , as mulheres das classes trabalhadoras dificilmente conseguem se liberar das tarefas domésticas - já que não tem condições de pagar outras pessoas para efetua-las e não encontram creches e escolas públicas suficientes para seus filhos - e na maioria dos casos são obrigadas a cumprir uma dupla jornada de trabalho . Neste caso , a consciência do que significa esta dupla jornada sofre uma inversão , pois muitas trabalhadoras acreditam que sofrem uma sobrecarga de trabalho não porque são obrigadas a realizar sozinhas as tarefas domésticas (as quais deveriam ser assumidas como uma responsabilidade da sociedade em geral) mas sim porque são obrigadas a trabalhar fora para complementar o salário do marido . O trabalho não assume , portanto , para elas o seu verdadeiro significado , ou seja , a maneira de se tornarem economicamente independentes e de poderem participar direta e coletivamente dos problemas da sociedade .

A própria consciência da opressão específica a que estão submetidas é muito mais difícil de ser alcançada pelas mulheres das classes trabalhadoras do que pelas das classes proprietárias e da pequena burguesia na medida em que estas têm maiores possibilidades de instrução e de informação . Se de um lado é positivo pensar que estas mulheres têm condições de se conscientizarem, principalmente se essa tomada de consciência for acompanhada de um afastamento das posições de sua classe de origem, por outro lado , grande parte dos desvios existentes no movimento feminista em escala internacional decorre justamente de suas lideranças pequeno - burguesas e das dificuldades que encontram as mulheres das classes trabalhadoras para assumir a hegemonia desses movimentos .

Para nós , militantes feministas comunistas , portanto , a justa caracterização da opressão sofrida pelas mulheres é de fundamental importância na medida em que é sobre esta base que poderemos fundamentar uma correta política de alianças dentro do movimento de mulheres . Como diz Sara Iribarren : "Não se pode afirmar , sem incorrer em erro , que não existem problemas específicos das mulheres mas somente problemas de classe ; isso levaria a considerar que nenhuma união é possível entre as mulheres das diferentes classes sociais e , desta forma , restringir as possibilidades de mobilização e de alianças . Mas tampouco se pode considerar as mulheres como uma só classe sobre a base de sua opressão específica , porque isto significaria opô-las à classe dos homens sem outra solução possível que a absurda eliminação de uma classe pela outra " .

Sem privilegiar - como fazem diversas correntes feministas - as funções de opressão psicológica , sexual e cultural desempenhadas pela família em detrimento da função econômica que dá a base dessa opressão , não podemos , ao contrário , restringir a opressão da mulher à base material que a determina e condiciona . As funções de opressão ideológicas são fundamentais para que se mantenham e se reproduzam as relações sociais de produção (basta pensar nas dificuldades que o capitalismo encontraria se sentisse ameaçadas tanto a transmissão da herança quanto a reprodução da força de trabalho) . É , portanto , somente com a transformação radical das relações sociais de produção que estarão dadas as condições necessárias para a superação da opressão da mulher .

Aqui nos diferenciamos de uma outra corrente do feminismo - que também pre-

tende ser marxista - para quem a instauração do socialismo é não somente a condição necessária mas também a suficiente para a conquista da emancipação feminina . Para esta corrente , a base econômica que determina a opressão específica a que está submetida a mulher é dada pela sua superexploração no mercado de trabalho ; o local de trabalho passa , portanto , a ser o lugar privilegiado da opressão feminina . Esta visão puramente economicista traz consequências graves ao nível da formulação da estratégia e das táticas de luta junto às mulheres . Para esta corrente , com efeito , as mulheres não precisam se organizar também separada ou diversamente dos homens , não existindo pois nenhuma necessidade de um movimento feminino autônomo . Quando essas " feministas " se lançam na organização de grupos de mulheres , fica patente que visam muito mais a arregimentação do maior número de mulheres para suas organizações políticas - quando não realizam um trabalho puramente eleitoral - do que a formação de um sólido movimento autônomo de mulheres .

Acreditamos que a instauração do socialismo , ao permitir o fim da exploração de classe , fazendo com que sejam destruídas as bases econômicas da opressão da mulher , realiza tão somente as condições necessárias para que essa opressão tenha fim . O socialismo , na verdade , é um processo em que a destruição das bases econômicas de qualquer exploração ou opressão permitirá a reconstrução sobre novas bases de todas as relações sociais , econômicas , políticas e ideológicas existentes entre os homens (incluindo evidentemente as relações entre homens e mulheres) . Assim , é somente neste processo de destruição e reconstrução que serão realizadas também as condições suficientes para o fim da opressão da mulher , opressão que só poderá acabar realmente com o advento do comunismo . Retomamos aqui o texto de Sara Iribarren no qual a autora diz : " A análise marxista permite mostrar , de forma clara , que a instauração do socialismo é uma condição necessária mas não suficiente da liberação da mulher . A emancipação da mulher no socialismo só é levada a cabo através de um processo contraditório no qual , por um lado , deve-se criar a base material para industrializar o trabalho doméstico e libertar a mulher da dupla jornada de trabalho e , por outro lado , destruir os preconceitos contra a mulher consolidados ao longo dos séculos . A situação das mulheres nos países socialistas é , a este respeito , reveladora ."

A necessidade da organização autônoma

"A emancipação da mulher , de fato , não é e nem pode ser problema dum só partido e nem sequer duma só classe . Ela interessa a todas as mulheres , exceto , compreende - se , àqueles pequenos grupos ligados por motivos de interesse às castas dirigentes privilegiadas , responsáveis pela ruína atual e que não querem que o povo renove a Itália segundo suas aspirações . Exce tuados estes grupos , deve-se promover a unidade de todas as mulheres italianas , consideradas em seu conjunto como uma massa que tem interesses comuns , porque estão todas interessadas na própria emancipação , na profunda transformação das próprias condições de existência e , portanto , na renovação de todo o país e sem as quais esta transformação não é possível".

É justamente por existirem interesses específicos às mulheres de diferentes classes e ideologias que os comunistas italianos apontam para a necessidade do movimento de mulheres se organizar autonomamente com relação às diversas organizações políticas existentes . A viabilização de um amplo movimento democrático feminino não quer dizer que a luta de classes esta-

rã ausente desta organização na qual mulheres de diferentes classes tentarão impor suas posições e conquistar a hegemonia . O esforço das comunistas, por tanto , será no sentido de contribuir para que as mulheres das classes trabalhadoras sejam a vanguarda do movimento .

É somente se organizando autonomamente em torno de suas reivindicações específicas que as mulheres poderão , desde já , ao nível de algumas reformas aceitáveis pelo sistema capitalista , e na passagem ao socialismo , atingir os seus objetivos e garantir a realização e manutenção de suas conquistas . Nesse sentido , estamos totalmente de acordo com um editorial do jornal feminista brasileiro "Nós, Mulheres " quando ressalta que : "São muitos os homens que acham que a mulher deve ser tratada como um ser igual ao homem . Mas são somente as mulheres , porque isto as toca diretamente , organizadas e lutando por suas reivindicações específicas , que terão a força necessária para mudar esta situação " .

A história das revoluções - sejam elas democrático-burguesas ou socialistas - nada mais faz do que confirmar esta tese . Nada mais triste , mas também nada mais significativo do que uma revolução socialista , que tenha dado , no início , passos importantes no sentido de acabar com a opressão da mulher , se ver obrigada , por motivos que não nos cabe analisar , a decretar o fim do movimento feminino independente alegando que este não tinha mais razão de existir . Foi justamente o que aconteceu na URSS , a partir de 1929 , com a reabilitação da família nuclear burguesa , as limitações e dificuldades impostas ao aborto e ao divórcio e , finalmente , com o fortalecimento do homem enquanto chefe de família . As consequências deste significativo retrocesso na luta pela emancipação feminina - não querendo subestimar , entretanto , o grande avanço nas condições de vida e de trabalho da mulher soviética - podem principalmente ser sentidas ao nível ideológico . Não é assim de estranhar que , por exemplo , em números recentes do semanário soviético "Literaturnaya Gazeta " na parte dedicada ao correio sentimental , os homens soviéticos se queixem tanto dos bons tempos de outrora em que a mulher aceitava passivamente sua condição de inferioridade . "Todo homem - escreve um leitor - sonha com uma mulher doce , calorosa , sensível , impressionável , modesta , tímida , com uma mulher feminina em suma ."

Mas também nada mais positivo do que a sólida Federação das Mulheres Cubanas que em 1975 reunia 3 milhões de mulheres - sendo que a população cubana atingia então 9 milhões de habitantes - e que naquele mesmo ano obtinha a aprovação de uma lei segundo a qual o trabalho doméstico deverá ser igualmente repartido entre homens e mulheres .

Pelo que foi dito , parece ficar clara a necessidade das mulheres se organizarem também em movimentos autônomos que tratem de seus problemas específicos . Dizemos também , pois o fato de se organizar para defender seus interesses específicos não significa , evidentemente , que a mulher não deva organizar-se junto com os homens em partidos políticos , sindicatos e outras associações . Não só ela deve se organizar nessas associações como deve lutar para que as mesmas incluam em seus programas as reivindicações especificamente femininas .

A luta feminista e a luta pela democracia

De forma cada vez mais explícita , a luta de classe , na atual conjuntura do Brasil , tem se traduzido pela luta democrática , na qual diversos setores

da sociedade (cada um segundo seus interesses de classe) vêm reivindicando liberdades públicas e o restabelecimento do Estado de Direito.

Para que um regime de democracia revolucionária tenha condições de se realizar plenamente é necessário que todos os oprimidos da sociedade, ou seja, a grande maioria da população, não só participe ativamente da luta pela conquista deste regime como também se beneficie das medidas concretas que este regime tomará. Não se pode, portanto, pensar num regime de verdadeira democracia que não leve em conta os interesses específicos das mulheres que constituem metade da população.

Se algumas das tarefas essenciais da democracia, como a reforma agrária e a organização independente dos trabalhadores, foram cumpridas pelas revoluções democrático-burguesas clássicas, deixando no entanto de serem cumpridas em países como o Brasil, cujo processo de transformação burguesa não assumiu um caráter democrático, já a emancipação da mulher - cuja realização ou não pode dar o grau de evolução democrática de qualquer país - deixou de ser realizada pelos mais liberais regimes de democracia burguesa, apesar da maciça participação das mulheres na conquista desses regimes. Como bem diz José Carlos Mariategui: "A revolução francesa não quis outorgar às mulheres a igualdade e a liberdade propugnadas por estas vozes jacobinas ou igualitárias. Os Direitos do Homem, como uma vez já escrevi, podiam ter-se chamado com mais propriedade Direitos do Varão".

Se todas as grandes transformações sociais contaram e contarão sempre com a participação maciça das mulheres, é justo que as mulheres tenham a contrapartida desta participação realizada através do atendimento de suas reivindicações específicas.

Assim como a mulher necessita da democracia (da mesma forma que todos os setores oprimidos da sociedade) para poder se organizar livremente em torno de seus interesses, a democracia precisa, para se realizar plenamente, da participação ativa das mulheres.

A luta feminista e a luta pela democracia são portanto inseparáveis e assim como um programa consequente de democracia revolucionária não poderá deixar de contemplar a opressão específica sofrida pela mulher, um programa feminista consequente não poderá deixar de ser também um programa democrático.

Não se pode, assim, isolar a luta feminista das condições concretas em que ela se desenvolve. Num regime de ditadura militar como o nosso, o objetivo da luta feminista deve ser o de organizar o maior número possível de mulheres em torno da questão democrática e da questão feminina. É somente com a implantação de um regime de democracia revolucionária que a luta feminista poderá assumir na sua plenitude o papel revolucionário que lhe cabe na luta contra a exploração de classe e contra a opressão da mulher.

A cada estágio da luta feminista caberá, portanto, um nível correspondente de organização. As mulheres necessitam hoje, no Brasil, de uma organização que reúna o maior número possível de mulheres democratas em torno de suas reivindicações específicas enquanto mulheres e enquanto democratas. O grande número de grupos e associações femininos e feministas democráticos existentes hoje no Brasil - desde grupos que se organizam em torno de uma reivindicação democrática concreta, como é o caso do Movimento Feminino pela Anistia, passando pelos clubes de mães e associações de donas-de-casa (que muito têm feito no sentido da mobilização em torno da melhoria das condi -

ções de vida e de trabalho dos trabalhadores em geral), até associações propriamente feministas (como a Associação Feminista da Bahia e os jornais "Brasil Mulher" e "Nós Mulheres") - faz com que a formação de uma ampla Frente Democrática de Mulheres tenha possibilidades concretas de se realizar.

Os Comunistas e o trabalho junto às mulheres

Pelo que expusemos, torna-se evidente a necessidade de se manter um trabalho militante junto às mulheres. O que pode não ter ficado claro é a importância que atribuímos a esse trabalho. Na verdade, para nós, militantes comunistas feministas, trata-se de um trabalho fundamental que não pode, sob hipótese alguma - como parecem acreditar ainda diversos militantes da democracia e da esquerda brasileira (homens e mulheres) - ser relegado a um papel secundário. Togliatti já dizia que se metade da população é constituída por mulheres, metade do trabalho geral do partido deveria ser um trabalho desenvolvido com as mulheres e, neste trabalho, defendia alguns princípios políticos a serem seguidos pelos militantes do Partido Comunista Italiano, dentre os quais, a necessidade de se colocar "o trabalho entre as mulheres como uma das principais tarefas do Partido". Togliatti defendia também a necessidade de se lutar, dentro do Partido, contra a resistência, principalmente entre os homens mas também entre as mulheres, em se aceitar este princípio. "Verifica-se, dizia, que não se pode levantar o problema das mulheres sem que, mesmo que se trate duma reunião de elementos responsáveis do partido, não se caia no gracejo, e num gracejo que é ofensivo para nossas camaradas (...) Esta é uma atitude errada que se deve eliminar o mais depressa possível, porque revela um grave atraso ideológico e político e porque é um obstáculo real ao desenvolvimento da nossa influência entre as mulheres (...) Mas a resistência em pôr o trabalho entre as mulheres entre as tarefas principais não se exprime apenas nestas atitudes psicológicas; assume aspectos de desorganização assaz perigosos, porque levam não só a descurar o trabalho feminino mas descurar os quadros femininos, esquecendo-se que se queremos desenvolver o trabalho entre as mulheres devemos ter quadros femininos e estar atentos à formação desses quadros".

Finalmente, queremos dizer que os comunistas não devem temer a especificidade da luta das mulheres e, conseqüentemente, a necessidade de uma organização autônoma nos termos apresentados neste artigo. Mesmo no âmbito do trabalho operário se coloca muitas vezes a necessidade de organizar, separadamente, as mulheres, inclusive nas associações de classe. Isso ocorreu recentemente foi possível uma constatação prática, durante o I Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo do Campo - porque de um lado, as pressões ideológicas a que estão submetidas as mulheres tornam difícil uma aproximação do sindicato tradicionalmente apresentado como "lugar de homem" e, do outro, porque efetivamente, dentro da fábrica, apresentam-se reivindicações especificamente femininas. Seria ilusório esperar que, de imediato, fosse superado tanto o aspecto ideológico da questão e que, mesmo se conscientizando, que o sindicato deve ser o órgão representativo dos interesses de classe, ou seja, de homens e mulheres, estas se dispusessem a desafiar proibições de maridos, pais, irmãos ou namorados e par-tissem para uma maior participação.

Por outro lado, seria incorreto que as reivindicações femininas fossem apresentadas pelos homens. O Congresso deixou claro que é reunindo-se regularmente que as mulheres operárias superarão os impedimentos domésticos e lutarão também autonomamente por seus interesses específicos.

DEBATE

ESTÁ À VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

ITÁLIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue
Espagnole et Portugaise
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe
21, rue Cujas Paris 5

Librairie Floreal
121, avenue du Maine Paris 14

ÍNDICE

Abel Silva:
BASES SOCIAIS DA FRENTE DEMOCRÁTICA p.3

Marcia Brandão e Thiago de Lima:
A ESQUERDA E A DEMOCRACIA p.13

Rolando Fratti:
OS REVOLUCIONÁRIOS E O PARTIDO ÚNICO p.19

NOSSAS DIVERGÊNCIAS COM O COMPANHEIRO
FRATTI p.23

Alice Paiva e Helena Oliveira:
O FEMINISMO NO BRASIL, HOJE p.25

CORRESPONDÊNCIA,
ASSINATURAS,
NÚMEROS ATRAZADOS :
DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
France